



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Pepe, inclusive pela observância do tempo. Obrigado pelo cavalheirismo e pela fidalga observância do tempo. *(Pausa.)*

Passo a palavra, para falar a favor da matéria, ao Deputado Marcus Pestana, Pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que agregue o tempo da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agregando o tempo de Liderança do PSDB, V.Exa. dispõe de 13 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros desta Comissão, membros desta Casa, este não é um momento qualquer da vida nacional, é um momento delicadíssimo. Essa questão previdenciária não se deve tornar um campo de luta política nem de luta eleitoral.

A questão previdenciária tem uma dimensão estratégica de médio e longo prazo. Não é o atual Governo que vai usufruir dos impactos de uma nova modelagem do nosso sistema previdenciário, que terá uma longa transição de 20 anos.

Quero lembrar aqui que teremos eleições em 2018, e qualquer um dos partidos presentes nesta Comissão pode ocupar a Presidência da República. Então, não se trata de uma questão de Governo. Esta é uma questão de Estado, é uma questão de interesse público e de interesse da sociedade.

O Brasil vive a maior crise da sua história, a maior recessão desde que a aferição estatística do movimento da economia é feita. É a maior recessão, maior até do que a grande depressão de 1929, em que sua face mais cruel são os 14 milhões de desempregados. O Brasil se encontra, e não tenhamos dúvida disso, fazendo piquenique à beira do vulcão. Estamos brincando com fogo.

Temos uma chance; as expectativas começam a se reverter; mas, se não fizermos um processo profundo de reformas estruturais e mudarmos o rumo, recuperando a confiança e a credibilidade da política econômica, não haverá solução: os juros voltarão a crescer, os investimentos continuarão pífios, sem sustentar o crescimento econômico, e a geração de emprego e renda não será retomada.



Se não aprovarmos as reformas, poderemos viver momentos angustiantes e gravíssimos. No Rio de Janeiro, as cenas de ontem são premonitórias, é só a ponta do *iceberg*. Um tipo de crise como a que vivemos se decide por bem ou por mal, através de decisões racionais e democráticas, ou através da hiperinflação, da desorganização da economia, do desemprego aberto, maior ainda do que o que já existe.

Está em nossas mãos a responsabilidade, porque este é um tema delicado, que toca na vida de milhões e milhões de brasileiros, e é um campo muito propício à demagogia e ao populismo. Cada um tem que ter consciência do seu posicionamento. Nós estamos com o futuro do País em nossas mãos.

Desculpem-me, eu tenho ótima relação com a Oposição, tenho uma convivência fraterna com muitos representantes da Oposição, mas a Oposição há de convir: o nosso sistema previdenciário não é justo. É só verificar as disparidades do benefício médio no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público, no Executivo Federal, nos Estados e no Regime Geral, ao qual a maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros é filiada. Temos benefícios médios, em alguns Poderes, de até 28 mil reais. E, para a maioria dos brasileiros mais pobres, no INSS, o benefício médio é de 1,6 mil reais. Então, esse sistema não é justo. Ele não promove equidade social. Ele é eivado de privilégios. Isso é inegável, e a Oposição não pode fazê-lo.

Outra questão que a Oposição há de convir é: nem a maior miopia ideológica pode negar que o sistema seja deficitário. Mesmo no conceito de Seguridade Social, é uma manipulação grosseira incluir a DRU na Receita e excluir as despesas previdenciárias com o Regime Próprio dos servidores públicos e de outro.

Mesmo assim, na manipulação metodológica, 2016 dá um pequeno déficit. Mas o mais importante é o déficit financeiro. Serão mais de 300 bilhões de reais neste ano. E isso se agrava do ponto de vista atuarial com a dinâmica demográfica. A dinâmica demográfica que ocorre em todo mundo, e em alguns países já ocorreu, é um fato, é um dado da realidade: nascem menos crianças, e, felizmente, as pessoas estão vivendo mais. Então, a dinâmica demográfica deteriora o déficit financeiro e torna insustentável essa trajetória.



Quem perde, se não fizermos a reforma? É preciso dizer, porque a guerra de comunicação às vezes distorce a realidade. Perdem os jovens, as novas gerações. Nosso sistema é solidário, de repartição simples. É uma perversidade o pacto geracional que estamos propondo às novas gerações. Não haverá horizonte previdenciário dessa forma para a juventude e para as crianças.

Quem também perde são os próprios pensionistas e aposentados, que terão seus benefícios sob risco, com o estrangulamento fiscal que se avizinha, cada vez pior, como está acontecendo no Rio de Janeiro.

Quem perde? É preciso dizer claramente: orçamento não é um saco sem fundo. São escolhas dentro de um recurso finito. Hoje, das despesas operacionais, as despesas previdenciárias no setor público já são de 54%. Se nada for feito, daqui a 10 anos, em 2027, serão de 82%. Vão sobrar 18% para saúde, educação, segurança, habitação, saneamento e infraestrutura. É uma opção! Se o Orçamento vai se concentrar numa única função, vamos arcar. Então, vamos jogar fora o Plano Nacional de Educação; vamos fechar o SUS.

A Previdência é um instrumento fundamental, mas há outros campos de políticas públicas que são essenciais para o futuro do País.

Houve avanços no relatório. Eu queria elogiar o esforço do nosso Relator, Arthur Maia. Houve avanço nas regras de transição, no piso de pensões, no BPC, na aposentadoria rural, na aposentadoria especial de professores e policiais. Houve uma série de avanços que foram introduzidos a partir do trabalho desta Comissão e do trabalho minucioso, dedicado, do Deputado Arthur Maia.

O PSDB ainda tem pontos a discutir, porque vai ser uma longa caminhada de agora até chegar ao Plenário.

Nós temos questões relativas à aposentadoria por invalidez, que deve ser também integral, se o evento ocorrer fora do ambiente de trabalho. Temos questões relativas à aposentadoria especial por ocupação, acerca da qual eu acho que o texto precisa ser lapidado. Em relação às regras de transição para integralidade e paridade, eu acho que houve um recuo que não é correto. Precisamos de uma regra; o Relator já deu essa abertura; existem destaques.

Mas é uma falácia dizer que esta reforma está centrada em prejudicar os mais pobres. Isso é uma distorção profunda da realidade. Os mais pobres já se



aposentam com idade avançada e até 3 salários mínimos. As aposentadorias precoces e em valores altos estão concentradas num percentual muito baixo da população brasileira.

É preciso esclarecer isso. Muita gente na sociedade está com dúvida.

Os atuais pensionistas e aposentados não sofrerão nenhum prejuízo. Há direito adquirido, consolidado. Então esta coisa que gira por aí de que os atuais aposentados e pensionistas vão ser prejudicados é mentira.

Os mais pobres não serão afetados. Nós estamos corrigindo distorções, com uma transição longa, de 20 anos, que não interessa ao Governo Temer, mas muito mais aos próximos Governos, à própria economia, para a sua recuperação, e ao povo brasileiro.

Nenhum ajuste é fácil, nenhum ajuste é indolor — não se faz omelete sem quebrar os ovos —, mas as crises são as parteiras da história. É a partir da abordagem de estrangulamentos de situações radicais, como aquelas a que assistimos ontem no Rio de Janeiro que nós temos que encontrar o caldo de cultura para erguer um novo Brasil.

Este Congresso dará a sua dimensão e a sua visão de longo prazo em relação ao futuro do País. Nós não precisamos de um Congresso acovardado, que não faça aquilo que tem que ser feito.

Se a reforma da Previdência não for feita, quem vai ser penalizado são os 14 milhões de desempregados e outros tantos que ficarão desempregados; serão os jovens, que não terão horizonte previdenciário; serão os setores sociais, de educação, saúde, saneamento, moradia e segurança, que terão os seus gastos e investimentos comprimidos inevitavelmente.

Portanto, é preciso baixar a poeira, haver espaço de construção de consensos e verificar que o que está em jogo não é o interesse de um Governo ou de uma bancada de sustentação. O que está em jogo é o horizonte de desenvolvimento sustentável do nosso Brasil.

Quem vai ganhar com isto, com a retomada do desenvolvimento, é principalmente a população mais pobre, que vai ter novamente um círculo virtuoso de criação de emprego e renda.



A reforma não é um desejo; é um imperativo da realidade. Ela não é uma escolha, não é um exercício de sadomasoquismo; é uma visão dos gargalos que o Brasil encontrou e dos desafios que temos pela frente.

Portanto, apesar de questões pontuais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Entendendo essas questões pontuais que precisam de refinamento, o PSDB vai se posicionar favoravelmente ao relatório do Deputado Arthur Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.